

**A ARQUITETURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE MARINGÁ
(1947-1968)**

***THE RURAL MUNICIPAL SCHOOLS OF MARINGÁ ARCHITECTURE (1947-
1968)***

***LA ARQUITECTURA DE LAS ESCUELAS MUNICIPALES RURALES DE
MARINGÁ (1947-1968)***

Jaqueline Gomes ZAMFERRARI¹
Anaete Regina SCHELBAUER²

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar a constituição do espaço escolar no meio rural maringaense, entre os anos de 1947 e 1968, período de criação e expansão das Escolas Municipais Rurais. O trabalho está situado no campo da História e Historiografia da Educação e foi produzido a partir da pesquisa em fontes documentais e iconográficas, constituídas pela legislação e normatização referente à instalação e funcionamento das escolas rurais; bem como de fontes orais, constituídas pela narrativa de professoras que lecionaram nessas instituições escolares. A análise das fontes foi obtida do diálogo com autores da historiografia educacional que focalizam seus escritos no campo da arquitetura escolar e da educação rural. Com o estudo foi possível verificar a existência do modelo de escola unitária, como preponderante no padrão das edificações das escolas rurais, mas também a presença da escola graduada no meio rural maringaense.

Palavras-chave: História da Educação; Escola Primária Rural; Arquitetura Escolar; Maringá-PR.

ABSTRACT: *This paper aims to analyze the constitution of the school space in rural area of Maringa, between the years 1947 and 1968, the period of creation and expansion of the Rural Municipal Schools. The work is located in the field of History and Historiography of Education and was produced from research in documentary and iconographic sources, constituted by the legislation and regulations regarding the installation and functioning of rural schools; as well as oral sources, constituted by the narrative of teachers who taught in these school institutions. The analysis of the sources was obtained from the dialogue with authors of educational historiography who focus their writings in the field of school architecture and rural education. With the study it was possible to verify the existence of the unitary school model, as preponderant in the pattern of rural school buildings, but also the presence of the graduated school in rural area of Maringa.*

Keywords: *History of Education; Rural Elementary School; School Architecture; Maringá-PR.*

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da Rede Municipal de Educação de Maringá. Maringá, Paraná, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8641-5466>. E-mail: jaquelinezamferrari@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, Paraná, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2466-6360>. E-mail: analeteregina@gmail.com

RESUMEN: *Este artículo tiene como objetivo analizar la composición del espacio escolar en la zona rural de Maringá, entre los años 1947 y 1968, el período de creación y expansión de las Escuelas Municipales Rurales. El trabajo se ubica en el campo de la Historia e Historiografía de la Educación y fue producido a partir de la investigación en fuentes documentales e iconográficas, constituidas por la legislación y las normas relativas a la instalación y el funcionamiento de las escuelas rurales; así como fuentes orales, constituidas por la narrativa de docentes que impartían clases en estas instituciones escolares. El análisis de las fuentes se obtuvo del diálogo con autores de historiografía educativa que enfocan sus escritos en el campo de la arquitectura escolar y la educación rural. Con el estudio fue posible verificar la existencia del modelo de escuela unitaria, como predominante en el patrón de edificios escolares rurales, pero también la presencia de la escuela graduada rural en Maringá.*

Palabras clave: *Historia de la Educación; Escuela Primaria Rural; Arquitectura Escolar: Maringá-PR.*

Os espaços escolares rurais fazem parte das memórias de professores e professoras, alunos e alunas que frequentaram a escola primária no meio rural. As salas de aulas, o refeitório, o pátio e tantos outros ambientes constituem os cenários onde as histórias são rememoradas e contadas, a criar diferentes significados às lembranças revividas pelas narrativas. Os espaços escolares não são apenas um lugar onde acontecem as ações escolares, mas “[...] um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações” (ESCOLANO, 1998, p. 26).

Constituídos de diferentes formas ao longo da história da educação, os espaços escolares, no Brasil, foram criados de forma a auxiliar um sistema de [...] “ensino primário ou elementar que viesse atender, minimamente que fosse, às necessidades impostas pelo desenvolvimento social e/ou às reivindicações da população” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 20).

Sendo assim, a criação de espaços escolares nas áreas rurais foi o foco da atenção dos governos federais, estaduais e municipais, entre as décadas de 30 a 70 do século XX, guardadas as particularidades de cada região do país, como enfatizam Schelbauer e Gonçalves Neto (2013). Neste sentido, a Escola Primária Rural foi constituída em um período em que “[...] o grande contingente da infância brasileira vivia no espaço rural, contexto este de luta e defesa da universalização do ensino público primário [...]” (SCHELBAUER; GONÇALVES NETO, 2013, p. 103).

Essa questão tem respaldo no percentual de 68,8% da população brasileira que residia nas áreas rurais, durante a década de 1940 e nos 75% dos residentes da zona rural

no Estado do Paraná³. Condição que seria alterada, de forma significativa, apenas a partir dos anos de 1970, com o processo de industrialização e o aumento das taxas de urbanização, em termos nacionais e em algumas regiões do Estado em questão. Isso nos leva a compreender que a demanda pelo ensino primário, bem como as necessidades impostas pelo desenvolvimento econômico e social no meio rural, o que levou a um processo significativo de expansão da escola primária rural, bem como da formação de seus mestres.

Neste contexto, se insere o artigo que ora apresentamos, que tem por objetivo colocar em cena a arquitetura das Escolas Rurais, por meio das experiências empreendidas no processo de difusão da escolarização primária, em Maringá, cidade situada na região Norte do Paraná. O período delimitado para o estudo localiza o ano de 1947, como marco inicial, com a instalação da primeira escola rural, antes mesmo do processo de emancipação do município que ocorreu em 1951. Como marco final do estudo, datamos o ano de 1968, com a instalação da última Escola Rural municipal, antes do processo de agrupamento e nucleação que ocorreu em virtude das prescrições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71, a partir da qual muitas Escolas Rurais foram extintas e outras foram agrupadas em Escolas de 1º Grau.

A temática da escola no meio rural e suas arquiteturas encontra fundamentação nas pontuações de Bencostta (2019), por estudos anteriores (BENCONSTA, 2001; 2005) e de Buffa e Pinto (2002), ao sinalizar a importância da arquitetura escolar para a historiografia da educação brasileira, a partir do estudo das instituições escolares e suas arquiteturas.

A pesquisa esteve amparada em fontes documentais e iconográficas, constituídas por legislações e normatizações referentes à instalação e ao funcionamento das escolas municipais rurais, bem como em fontes orais, constituídas pela narrativa de professoras que lecionaram nessas instituições escolares. Os relatos orais, em que a base é a memória, foram coletados por meio de entrevistas⁴, e por considerarmos sua significativa relevância, na análise das mesmas, observarmos que não estão isentas das relações de

³ Os dados estatísticos foram retirados dos documentos do IBGE (2010) e Ipardes (1989).

⁴ As entrevistas realizadas durante o ano de 2019 foram viabilizadas pelo projeto de pesquisa em rede intitulado “Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)” coordenado pela Professora Doutora Rosa Fátima de Souza Chaloba (Unesp). A pesquisa contou com apoio financeiro oriundo do Edital Universal MCTI/CNPq nº 01/2016. O questionário utilizado para realização das entrevistas foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara. Todas as entrevistas, com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram devidamente assinadas e arquivadas.

poder, sendo necessária a crítica ao documento colhido por meio de fontes orais, como adverte Werle (2004).

A narrativa e análise das fontes documentais escritas, iconográficas e orais foram realizadas pelo diálogo com autores da historiografia educacional que focalizam seus escritos no campo da arquitetura escolar e da educação rural. No âmbito dos estudos sobre arquitetura escolar, podemos citar Bencosta (2019, p. 10) ao nos esclarecer que “O advento dos estudos sobre a cultura escolar para a historiografia da educação trouxe consigo a importância de compreender a relação intrínseca existente entre a cultura material e a arquitetura escolar”.

A arquitetura escolar é, para Escolano (1998), um dos precursores da temática no âmbito da historiografia educacional, um elemento cultural e pedagógico. Isso se dá não só pela disciplina imposta implicitamente por sua edificação, mas também por sua representação simbólica, “[...] o edifício escolar é uma forma que comporta determinada força semântica através dos signos e símbolos que exhibe, como variante que é da chamada arquitetura institucional” (ESCOLANO, 1998, p. 34).

Os edifícios escolares também servem como suporte de outros símbolos, além dos que já lhe pertencem e perfazem. Deste modo,

A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. (ESCOLANO, 1998, p. 45).

Vista como um elemento pedagógico, a arquitetura escolar permite que façamos uma leitura e uma interpretação desses símbolos. Como, por exemplo, a construção de edifícios próprios para as escolas, durante a Primeira República, que recebem a marca do início do processo de democratização do ensino, visto que até então as escolas funcionavam em lugares improvisados. As construções dos primeiros grupos escolares ocorreram em “consoantes com a importância atribuída à educação como fator de reforma social, manutenção do novo regime político e modernização do país” (SOUZA, 2001, p. 7).

Nas primeiras décadas do século XX, havia a preocupação por parte dos administradores dos Estados em construir prédios onde funcionariam as escolas que fossem considerados monumentos, erguidos em localizações privilegiadas nas capitais e nas cidades em franco desenvolvimento, “[...] de modo que se tornasse visível, enquanto

signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime” (BENCOSTTA, 2001, p. 105). A educação estava relacionada à modernidade, ao conhecimento científico, à ordem, ao progresso e à civilização e os edifícios deveriam incorporar tais conceitos à sua arquitetura. Seguindo os ideais escolanovistas,

Os princípios que deveriam reger as edificações pautavam-se em necessidades pedagógicas (iluminação e ventilação adequadas, salas de jogos, pátios de recreação, instalações sanitárias etc.), estéticas (promoção do gosto pelo belo e pelo artístico), e nacionalizantes (constituição do sentido de brasilidade, pela retomada de valores arquitetônicos coloniais e pelo culto às nossas tradições). O ambiente [...] deveria ser educativo, ou seja, alegre, aprazível, pitoresco e com paisagem envolvente. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 28).

Em consonância com o âmbito nacional e seguindo os mesmos pressupostos históricos, a construção dos primeiros prédios públicos escolares paranaenses é acompanhada “[...] de um conjunto de leis, decretos e regulamentos, que definem normatizações construtivas e higienistas as quais, associadas às propostas pedagógicas, conforma o caráter e a tipologia do edifício escolar no Paraná” (CASTRO, 2018, p. 26).

Para além destes fatores, as discussões acerca da necessidade de construção de prédios específicos para a instrução pública paranaense giravam em torno da preocupação com o atraso do ensino primário, o que, segundo as mensagens publicadas em 1901, pelo presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, só poderia ser resolvido com o passar do tempo e a construção de grupos escolares que facilitassem a fiscalização por parte dos inspetores de ensino. Somado a isto, a economia com aluguéis de diferentes prédios e questões com a higiene eram apontadas, pelo presidente, como argumentos favoráveis à construção dos grupos escolares (BENCOSTA, 2001).

Em se tratando dos espaços rurais e dos desafios para construção de suas escolas primárias, a imagem das escolas rurais faz parte da memória de uma parte significativa da população brasileira. Suas construções peculiares, geralmente feitas com materiais próprios de cada região, com salas únicas e séries divididas por fileiras, com ritos próprios e situadas nas diversas composições que o espaço rural imprimiu, trazem-nos notícias de um tempo e espaço escolar específico no que se refere ao tipo de arquitetura utilizada, considerando as singularidades locais.

No que se refere à existência desses espaços escolares na zona rural paranaense, os estudos de Schelbauer (2014) apresentam traços específicos dessas edificações, muitas

das quais foram construídas nos diferentes municípios do Estado, mediante auxílio financeiro do governo federal. Como exemplo, cita-se a construção de Grupos Escolares Rurais, nas principais zonas de colonização do Estado, durante o governo do interventor Manoel Ribas, que “obedeceram a um padrão de edificação: em alvenaria, entre duas a oito salas de aula, com ou sem residência para o professor” (SCHELBAUER, 2014, p. 82); bem como a construção de casas escolares rurais, construídas no governo de Moysés Lupion, que foram edificadas em madeira, com apenas uma sala de aula, seguindo o padrão das escolas isoladas também localizadas nas zonas rurais.

Em consonância com o que ocorreu no Brasil e no Estado do Paraná, a Escola Primária maringaense, especificamente a Escola Rural, foi criada para atender a demanda que vivia no meio rural, no contexto de criação e crescimento do município. O desenvolvimento da cidade de Maringá se deu por meio da expansão cafeeira nas décadas de 1940 e 1950 e atraiu famílias das mais diferentes regiões do país, que passaram a (re)ocupar e colonizar⁵ as terras férteis do norte paranaense, desencadeando a expansão agrícola, que influenciou diretamente na economia e no desenvolvimento do Estado (LUZ, 1997).

Muitas famílias vieram para o norte do Paraná, especificamente para Maringá, com o intuito de trabalhar nas lavouras de café, como proprietários das fazendas recém-criadas, funcionários ou meeiros, nas terras vendidas pela Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP⁶ (CMNP, 1975).

O processo de colonização e urbanização das terras do então denominado norte novíssimo, foi impresso com a marca do planejamento urbano e rural. Como explicita Schelbauer (2014), a Companhia, ao lotear as terras planejou e implantou seus núcleos urbanos, patrimônios, distritos e sedes de comarcas e desenhou o mesmo traçado planejado para a área rural

O posicionamento das cidades de maior relevância acompanhava a linha férrea ou as estradas de rodagem, o percurso da linha férrea coincidia com as linhas naturais dos divisores de águas e as estradas que conduziam às propriedades rurais também adotavam o mesmo posicionamento. Para tornar o espaço habitável e comercializável, o território desbravado foi dividido em pequenas propriedades

⁵ Em relação ao movimento de colonização do Paraná, Schelbauer (2014, p. 79) observa que “[...] o mesmo não ocorreu de forma pacífica, mas resultou em graves conflitos de terras motivados pela especulação financeira e pela grilagem, impondo a necessidade de criação da Chefatura de Polícia, a partir do desmembramento da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública em 1948”.

⁶ Posteriormente denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP (COMPANHIA, 1975).

delimitadas de um lado pelo curso d'água e de outro pela via de acesso, sempre cumeadas, de modo a prover cada lote rural de fácil acesso à água e ao transporte. (MENEGUETTI, 2009, p. 77).

Neste contexto e cenário, as famílias recém-chegadas, com crianças em idade escolar, constituíram a demanda pela escola primária rural, que já se configurava como uma política de Estado para formação das novas gerações, a fim de ensinar não só a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no meio rural para modernizar o campo.

Diante deste quadro, podemos questionar sobre os espaços escolares para além do urbano. Como esses espaços foram pensados para o mundo rural, que características receberam? Qual materialidade foi impressa? Que arquiteturas configuraram a escola primária no meio rural?

Com a finalidade de contribuirmos com a historiografia educacional para a configuração dos espaços escolares que foram planejados e edificados no meio rural, nosso intento é apresentar as características que incidiram nas escolas rurais do município de Maringá e que nos possibilitam refletir sobre as relações entre tempo e espaço escolar, bem como a organização pedagógica que esteve presente no trabalho de professoras e professores, alunos e alunas no meio rural.

A constituição do espaço escolar no meio rural maringaense

Entre os anos de 1947 a 1960 foram criadas 48 escolas rurais no município de Maringá. Contudo, em 1961, com a emancipação dos distritos de Floresta, Ivatuba e Paçandu, 13 dessas escolas passaram a fazer parte destes novos municípios, o que fez com que Maringá ficasse com 35 escolas rurais. Com a instalação de mais oito instituições, na década de 1960, o município passou a contar com o total de 43 instituições escolares na área rural, até o início da década de 1970.

Ao adentrarmos no universo da escolarização primária no meio rural localizamos, junto ao acervo da Secretaria de Educação Municipal de Maringá, diversas plantas das escolas construídas entre os anos de 1947 e 1968, bem como legislações correspondentes ao processo de edificação e funcionamento dessas escolas rurais. Pelas fontes documentais e do argumento de Escolano (1998, p. 33), de que “a arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, [...] mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social”,

colocamos em cena a arquitetura escolar, por meio das experiências empreendidas no processo de difusão da escolarização primária rural em âmbito municipal.

Das 43 escolas pesquisadas, localizamos 41 plantas arquitetônicas⁷, por meio das quais identificamos semelhanças e diferenças entre os prédios escolares e realizamos uma caracterização a partir dos padrões das escolas primárias rurais, que contou com informações obtidas do acervo fotográfico pertencente à Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá e dos relatos das professoras que lecionaram nessas instituições. No Quadro 1 apresentamos uma visão geral das características das escolas rurais.

Quadro 1 - Características das Escolas Rurais Municipais de Maringá.

Nome da escola	Ano de instalação	Terreno e construção	Nº de salas	Parede/ Piso/ cobertura	Instalação sanitária	Água encanada
Castro Alves	1947	2.400 m ² /192m ²	3	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Sim
Barão do Rio Branco	1948	2.000 m ² /128m ²	2	Alvenaria/Cimento/Telha	Fossa séptica	Sim
Machado de Assis	1948	2.000 m ² /I.N.L.	4	Alvenaria/Cimento/Telha	Fossa séptica	Sim
Alvares Penteado	1949	I.N.L.	2	Mista/I. N. L.	Banheiros	Sim
D. Pedro II	1950	2.000 m ² /128m ²	2	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Tiradentes	1950	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Afonso Pena	1952	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Barão do Cerro Azul	1952	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
José Bonifácio	1952	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Quintino Bocaiuva	1952	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	I. N. L.	Não
Anita Garibaldi	1953	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/ Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Bandeirantes	1953	2.000 m ² /128m ²	2	Madeira/ Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Benjamin Constant	1953	2.000 m ² /128m ²	2	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
César Lattes	1953	1.200 m ² /78 m ²	1	Alvenaria/Cimento/Telha	Fossa séptica	Sim
Delfim Moreira	1953	2.000 m ² /128m ²	2	Mista/Cimento/Telha	Fossa rudimentar	Não

⁷ Nas plantas localizadas na Secretaria Municipal de Educação não constavam data, diante disso não é possível afirmar se elas foram feitas antes ou depois do início de funcionamento das Escolas Rurais. A criação e denominação das Escolas Rurais de Maringá foram oficializadas somente com a lei nº 1.542/81, promulgada um ano antes da lei nº 1.643/82 que autorizava o Poder Executivo a desativar as Escolas Rurais Isoladas pertencentes à rede municipal de ensino. (ZAMFERRARI, 2020).

João Teixeira Soares⁸	1953	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
José de Alencar	1953	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Marcílio Dias	1953	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Nilo Peçanha	1953	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Cons. Jesuino Marcondes	1954	1.200 m ² /64 m ²	1	Alvenaria/Cimento/Telha	Fossa rudimentar	Sim
Frei Timóteo	1954	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Júlia Costa	1954	2.000 m ² /128 m ²	2	Madeira/Cimento/ Telha	Fossa séptica	Não
Santos Dumont	1954	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa séptica	Não
Cristóvão Colombo	1955	1.200 m ² /64 m ²	1	Alvenaria/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Epitácio Pessoa	1955	1.200 m ² /64 m ²	1	Alvenaria/Cimento/Telha	Fossa rudimentar	Não
Olavo Bilac	1955	2.000 m ² /128m ²	2	Madeira/Cimento/Telha	Fossa séptica	Sim
Princesa Isabel	1955	I. N. L.	I. N. L.	I. N. L.	I. N. L.	I. N. L.
Teixeira de Freitas	1955	2.000 m ² /128m ²	2	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Dom Bôsko	1957	2.000 m ² /128m ²	2	Madeira/Cimento/Telha	Fossa rudimentar	Sim
Néo Alves Martins	1958	I. N. L.	I. N. L.	I. N. L.	I. N. L.	I. N. L.
São Bento	1958	2.000 m ² /128m ²	2	Alvenaria/Cimento/Telha	Fossa séptica	Sim
Silva Jardim	1958	2.000 m ² /128 m ²	2	Madeira/Cimento/Telha	Fossa séptica	Sim
Octávio Periotto⁹	1959	I. N. L.	I. N. L.	I. N. L.	I. N. L.	I. N. L.
Tomé de Souza	1959	1.200 m ² /64 m ²	1	Alvenaria/Cimento/Telha	Fossa séptica	Sim
Carlos Gomes	1960	1.200 m ² /78 m ²	1	Alvenaria/Cimento	Fossa rudimentar	Não
D. Pedro I	1962	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira	Fossa séptica	Sim
Fernão Dias	1962	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira	Fossa rudimentar	Não
General Osório	1963	1.200 m ² /64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Carlos Chagas	1964	1.200 m ² / 64 m ²	1	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Giampêro Monacci	1965	1.200 m ² /186m ²	1	Alvenaria/Cimento/Outro	Fossa rudimentar	Não
Manoel Ribas	1965	2.000 m ² /128m ²	2	Madeira/Madeira/Telha	Fossa rudimentar	Não
Artur Bernardes	1968	2.000 m ² /128m ²	2	Alvenaria/Cimento/Telha	Fossa rudimentar	Sim

⁸ Antiga Escola Rural Municipal David Carneiro. Fonte: Maringá, 1981.

⁹ Antiga Escola Rural Municipal Cantagalli. Fonte: Maringá, 1981.

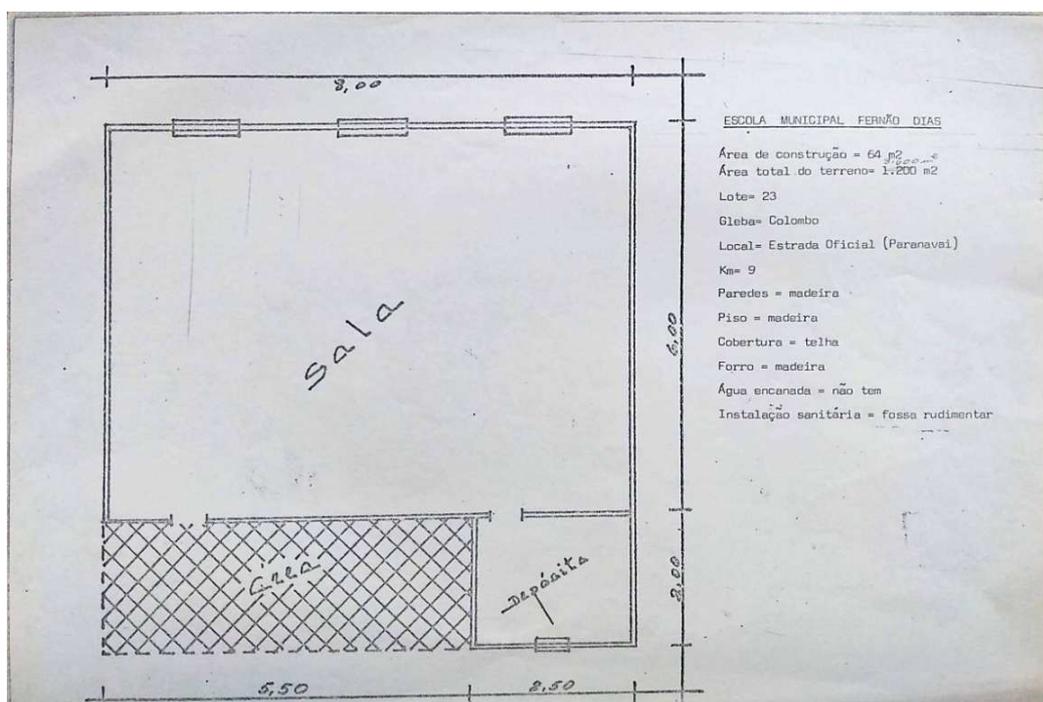
João Augusto da Silveira ¹⁰	1968	800 m ² /I. N. L.	3	Alvenaria/Madeira/Telha	Fossa Séptica	Não
--	------	------------------------------	---	-------------------------	---------------	-----

Fonte: Planta das Escolas Rurais (MARINGÁ, s.d.)¹¹; Maringá (1981; 1982).

Legenda: I. N. L. - Informação não localizada.

A análise dos dados possibilitou identificar em torno de 54% das instituições escolares, no total de 23 escolas rurais que podem ser definidas, em termos de organização pedagógica, pelo modelo de escola isolada ou, de acordo com Araújo, Valdemarin e Souza (2015) de “escola unitária – regida por um único professor ministrando o ensino primário para crianças de diferentes níveis de adiantamento em uma mesma sala de aula [...]”. Tal modelo pode ser observado na planta e fotografia da Escola Rural Municipal Fernão Dias, que teve o início de seu funcionamento no ano de 1962 (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Planta da Escola Rural Municipal Fernão Dias.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (Maringá, s.d.).

¹⁰ Vinculada ao Instituto Educacional Sul Brasileiro. Fonte: Plantas das Escolas Rurais (MARINGÁ, s. d.)

¹¹ Nas 41 plantas localizadas na Secretaria Municipal de Educação não constavam data, diante disso não é possível afirmar se elas foram feitas antes ou depois do início de funcionamento das Escolas Rurais. A criação e denominação das Escolas Rurais de Maringá foram oficializadas somente com a lei nº 1.542/81, promulgada um ano antes da lei nº 1.643/82 que autorizava o Poder Executivo a desativar as Escolas Rurais Isoladas pertencentes à rede municipal de ensino. (ZAMFERRARI, 2020).

O projeto arquitetônico da Escola Municipal Fernão Dias, semelhante a 23 escolas rurais instaladas no período, segue o padrão de uma sala de aula, com 48 m², três janelas ao fundo, uma porta de acesso, varanda e depósito, resultando no total de 64 m² de área construída, em um terreno de 1.200 m². Dentre as principais características, que pode ser observada na Figura 2, que a escola foi edificada com paredes e piso em madeira, coberta com telhas, sem água encanada e com fossa rudimentar. Na foto observa-se a varanda e fachada lateral, com os alunos, alunas e professora em dia de visita de inspeção escolar realizada por Otávio Periotto, que exerceu o cargo de fiscal escolar e nesta função realizava tarefas que “[...] iam desde aplicar exames anuais até acompanhar as obras de construção e preservação das escolas municipais” (ZAMFERRARI, 2020, p. 55).

Figura 2 - Escola Rural Municipal Fernão Dias.

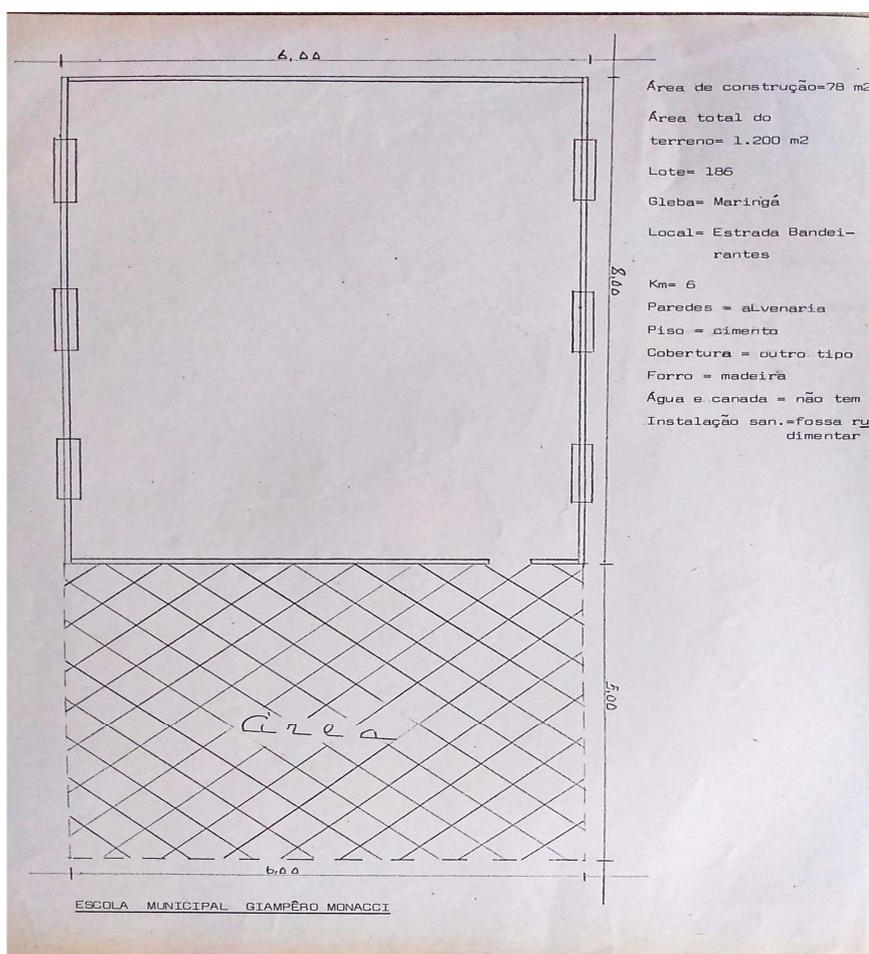


Fonte: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Nas escolas caracterizadas como unitárias e unidocentes, constataram-se diferenças nos padrões de projeto e edificação quanto ao material das paredes, piso e forro, bem como a existência ou não de varanda, depósito, água encanada, bebedouro e instalação sanitária. Dentre as 23 escolas: 19 foram construídas com paredes em madeira

e quatro, em alvenaria; 17 tinham piso em madeira e seis, em cimento; 22 eram cobertas com telhas e um com outro material não especificado; três escolas possuíam água encanada e 20, não; um contava com bebedouro e 22, não; 18 tinham fossa rudimentar, quatro possuíam fossa séptica e sobre um não foi obtida a informação; por fim, as 23 escolas tinham área de varanda, como pode ser observado em outra planta de escola unitária, a Escola Rural Municipal Giampêro Monacci, que entrou em funcionamento no ano de 1965 (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Planta da Escola Rural Municipal Giampêro Monacci.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (Maringá, s.d.).

Dentre as plantas, localizamos três escolas com as características semelhantes a Giampêro Monacci. Apesar de também possuírem apenas uma sala de aula, estas não dispunham de depósito, mas contavam com uma área externa maior. Com um total de 78 m² de área construída, essas escolas dispunham de uma sala de aula, com 48 m², seis

janelas laterais, uma porta à frente da sala e uma área externa de 30 m². As três foram edificadas com paredes em alvenaria, piso em cimento e forro em madeira, situadas em um terreno com área total de 1.200 m².

A Figura 4 permite observar o interior desse modelo de escola unitária, unidocente e multisseriada existente no meio rural e tantas vezes lembrada por professores e professoras, alunos e alunas.

Figura 4 - Sala de Aula da Escola Rural Municipal Giampêro Monacci.



Fonte: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

A foto retrata um grupo de alunos menores sentados à esquerda, e outro de alunos maiores sentados à direita, o que pressupõe que, nesta sala estavam agrupados alunos e alunas de, pelo menos, duas séries diferentes. O quadro dividido em duas partes, com atividades de matemática para os alunos das duas séries que compunham as classes

distintas. À frente da sala, a professora acompanhada do senhor Octávio Periotto, fiscal escolar, durante uma das regulares visitas de inspeção nas escolas rurais do município.

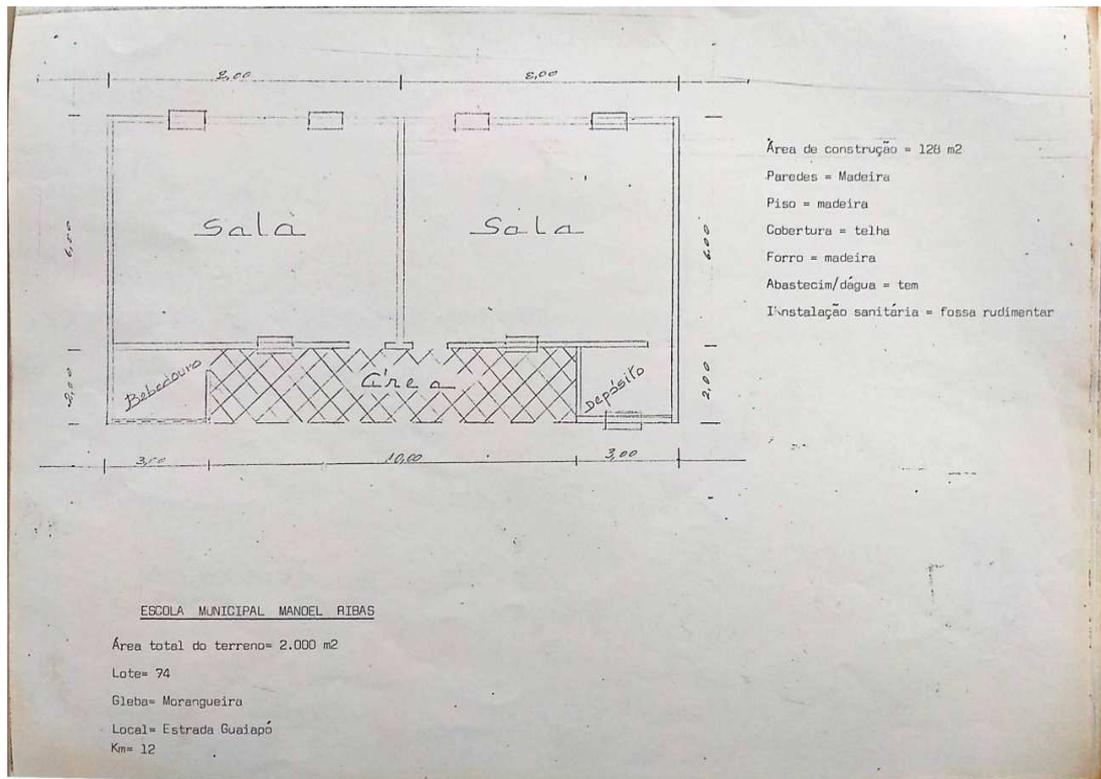
A professora Maria de Lourdes Periotto Pelegrini, que lecionou na Escola Rural Municipal José de Alencar, no modelo de uma sala de aula, e em outras duas instituições durante os cinco anos em que trabalhou nas Escolas Rurais, ao ser questionada sobre as condições físicas destes estabelecimentos de ensino, relata-nos que estas eram

De madeira, bem rústica, as vezes não tinha pintura, não tinha pintura! Às vezes não, não tinham pintura! Era madeira e tinha a vidraça, tinha o vidro, mas muitas vezes os vidros até eram quebrados porque como era escola isolada, mas [...] era madeira, e sem pintura, e... tinha algumas que tinham duas salas [...]. (MARIA DE LOURDES PERIOTTO PELEGRINI, 2019).

Tendo lecionado nas Escolas Rurais Municipais D. Pedro I e Tomé de Souza, cujas características apresentadas em suas plantas eram as mesmas observadas na Escola Rural Municipal José de Alencar, a professora Mairene Benites Gomes (2019) relata que “Na Tomé de Souza não tinha porta, não tinha janela, depois com certeza foi reformada [...], não ia ficar nessa situação aí né. Chovia dentro da sala porque não tinha janela, não tinha porta, entrava quem quisesse ali, ninguém era dono (risos)”. Ao ser indagada sobre como eram organizados os alunos na classe multisseriada, ela explicou:

Como você dividia? Você tinha que usar a criatividade e fazer aquilo que tá no teu alcance, dividir ali, explicar pra um, pra outro. Enquanto uns iam fazendo [...], por exemplo a 1ª série, botava quem era da primeira série aqui, então botava coisas que ficavam mais visíveis pra eles né e enquanto eles faziam ali eu já ia explicando da 2ª, quando chegava no 3º as vezes o da 1ª já tava bagunçando porque (risos), mas era assim que funcionava, infelizmente, era o recurso que tinha naquele tempo. (MAIRENE BENITES GOMES, 2019).

Outro modelo de escola rural localizado foi projetado com duas salas de aula, como pode ser observado nas Figuras 5 e 6, referente à Escola Rural Municipal Manoel Ribas, instalada em 1965.

Figura 5 - Planta da Escola Rural Municipal Manoel Ribas.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (Maringá, s.d.).

Semelhante à planta arquitetônica da Escola Rural Municipal Manoel Ribas, outras 14 escolas foram construídas com 128 m² de área total, em terreno de 2.000 m². Destas escolas, nove foram edificadas com paredes em madeira, três em alvenaria e duas mistas (madeira e alvenaria); oito contavam com piso em cimento e outras cinco, em madeira, em uma escola não consta identificação; 13 eram cobertas com telhas e uma escola não consta identificação. Essas edificações contavam com duas salas, de 48 m² cada, ambas com duas janelas ao fundo da sala, uma janela na frente e uma porta. Uma das salas tinha uma porta de acesso ao depósito e ambas saíam para a varanda. Apenas uma escola possuía banheiro, cinco tinham fossa séptica e oito tinham fossa rudimentar. Deste total, quatro prédios escolares tinham apenas a área externa medindo 32 m²; uma escola com área externa e depósito e nove que contavam com uma área externa de 20 m², um bebedouro de 6 m² e um depósito também com 6 m², como retratada na Figura 6.

Figura 6 - Escola Rural Municipal Manoel Ribas.

Fonte: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

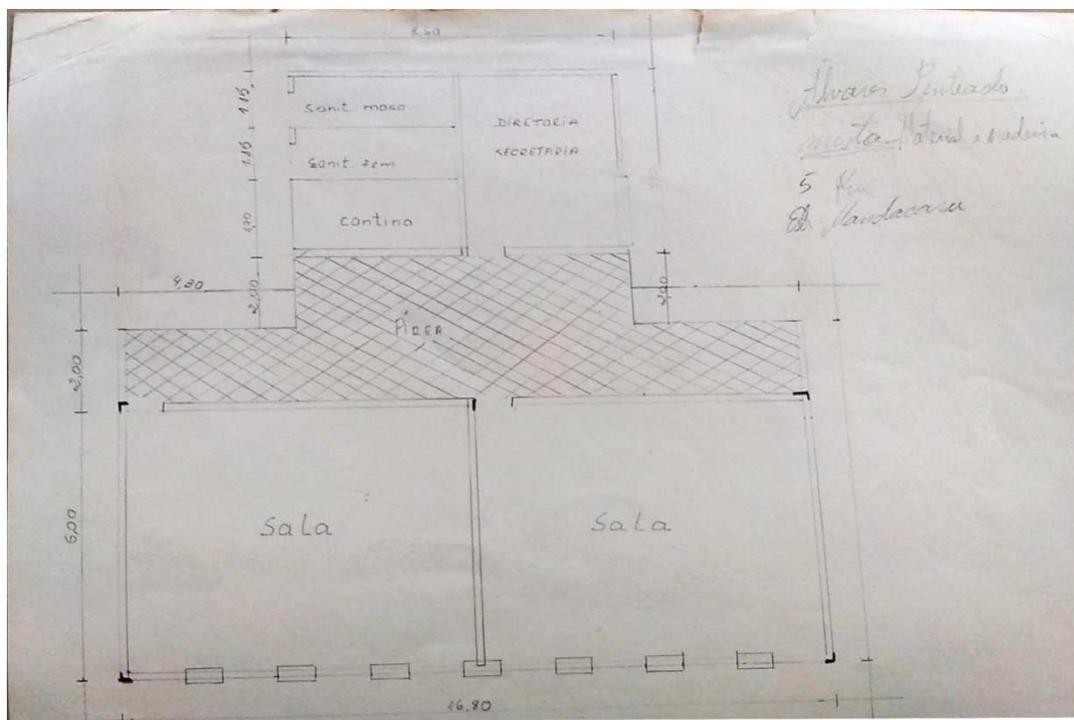
A imagem em foco traz professora e alunos/as na área externa da Escola Rural Municipal Manoel Ribas, em dia de visita do senhor Otávio Periotto, inspetor de ensino anteriormente citado.

A professora Marina Periotto da Silva, que lecionou na Escola Rural Municipal Barão do Rio Branco, cuja planta arquitetônica e os padrões de construção se assemelhavam à Escola Municipal Rural Manoel Ribas, relata um pouco de suas características: “*Não eram escolas pintadas, era madeira [...] madeira já tava [...] aquela madeira escura, sabe quando faz de madeira e não pinta? Fica aquela madeira escura*”. Relata que não havia instalações sanitárias, apenas fossa séptica, “[...] a escola não tinha banheiro, era só a salinha. Não sei, (onde faziam as necessidades) não me pediam, não, não pediam!” (MARINA PERIOTTO DA SILVA, 2019).

Já a planta da Escola Rural Municipal Alvares Penteadó, que teve o início de seu funcionamento em 1949 (Figura 7) e foi projetada com duas salas de aula, chama a nossa atenção pelo fato de possuir espaços que as demais não apresentaram, como cantina, secretaria/diretoria e banheiros feminino e masculino. Em contrapartida, ela não nos traz

elementos, salvo os materiais das paredes, que possam nos permitir caracterizá-la assim como foi possível fazer com as demais escolas.

Figura 7 - Planta da Escola Rural Municipal Alvares Penteado.



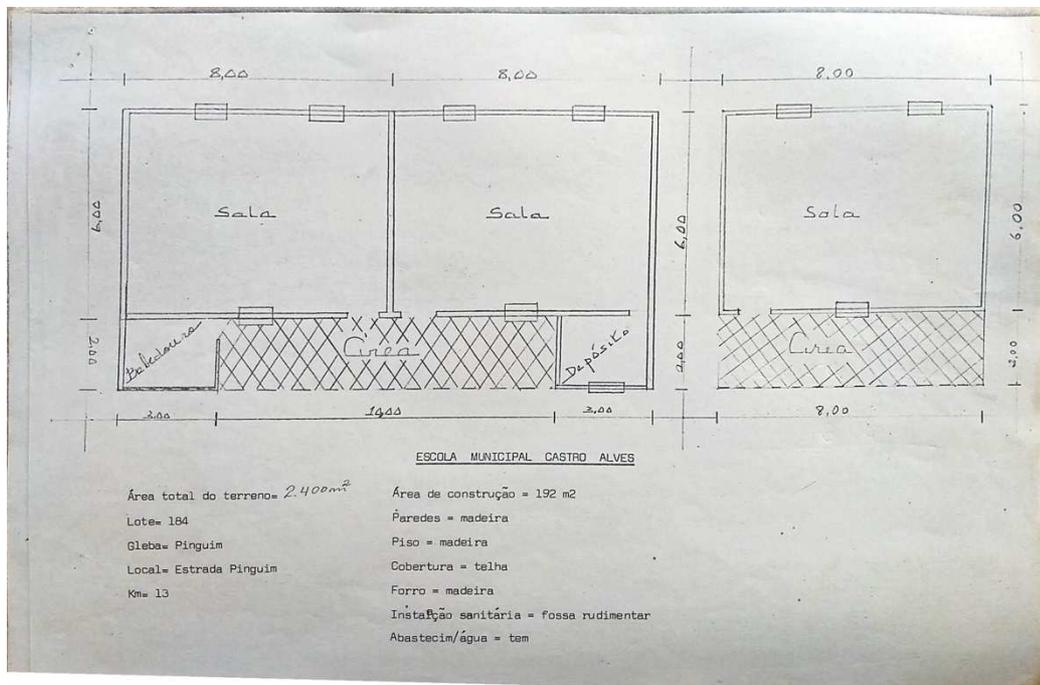
Fonte: Secretaria Municipal de Educação (Maringá, s.d.).

As salas de aula foram projetadas com 50,4 m², com três janelas ao fundo e uma porta à frente, com saída para a uma área externa de 50,8 m². Dessa área a planta indica uma saída para a diretoria/secretaria, cujo espaço mede 17,2 m². Os banheiros masculino e feminino com, aproximadamente 5 m² cada, tinham saída para a parte externa da escola e a cantina, em um espaço de 7,3 m².

Dentre as plantas localizadas, apenas duas apresentavam projetos com três salas de aula, apesar de suas características serem parecidas com as demais apresentadas anteriormente. A Escola Rural Municipal Castro Alves, instalada em 1947 (Figura 8) foi edificada em um terreno com área total de 2.400 m² e 192 m² de área construída. Assim como as outras escolas, as salas mediam 48 m² e tinham três janelas, duas ao fundo da sala e outra à frente, ao lado da porta. Contavam com bebedouro e depósito com 6 m² cada um. Podemos observar que duas salas dividem a área externa com 20 m² e a outra sala, que fica separada das outras duas, tem uma área de 16 m² e não possui bebedouro e depósito. Uma das escolas foi edificada em madeira e a outra, em alvenaria, ambas com

piso em madeira e cobertas por telhas; uma delas possuía fossa séptica e outra, fossa rudimentar; uma delas com água encanada e outra sem informação a respeito.

Figura 8 - Planta da Escola Rural Municipal Castro Alves.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (Maringá, s.d.).

A professora Antonina Florentina Alves Borghi, que lecionou por 26 anos na Escola Rural Municipal Castro Alves, descreve em sua narrativa que a escola tinha apenas duas salas de aula, diferentemente do que a planta nos apresenta: três salas. Possivelmente a obra não foi realizada de acordo com o projeto, já que uma das salas foi projetada separadamente, como pode ser observado na Figura 8. Contudo, as características do prédio, rememoradas pela professora Antonina são as mesmas apresentadas na planta.

Então, a escola, era uma escola de madeira com duas salas. O poço, era poço como um desses da gente puxar água e tal. Tinha forro de madeira também. Banheiro eram aqueles banheiros fora, as privadas. Depois foi melhorando né, mas no início era privada, eles falavam ‘casinha’. (ANTONINA FLORENTINA ALVES BORGHI, 2019).

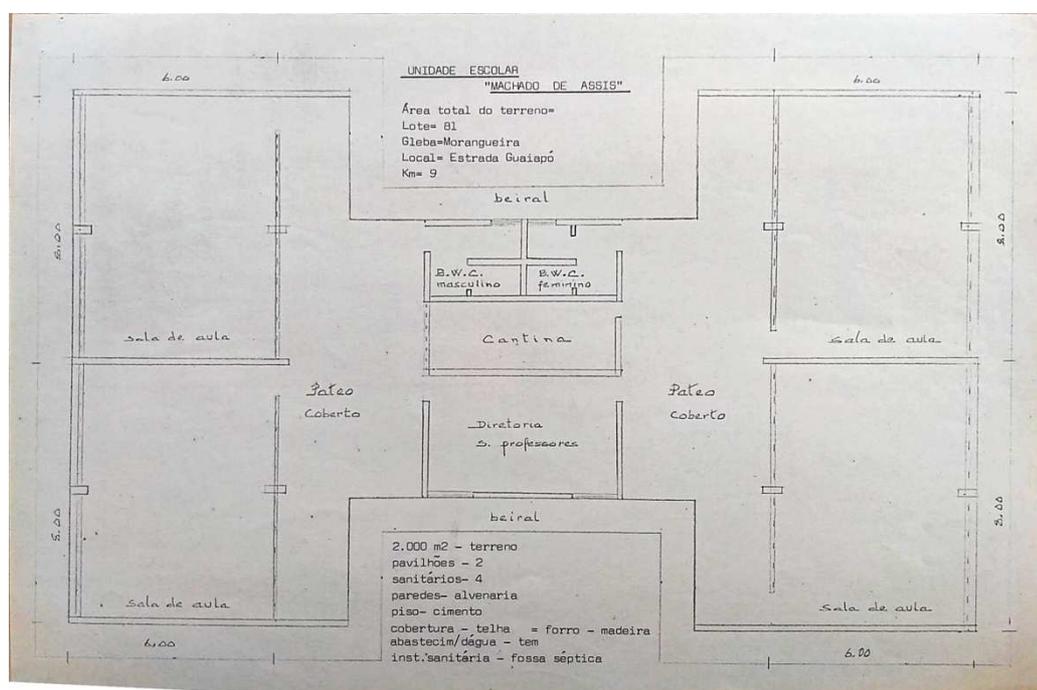
Apesar de as plantas e os documentos não citarem os poços existentes para a captação das águas subterrâneas, que eram escavados manualmente e muito comuns nas residências localizadas nas áreas rurais, também fazem parte das memórias e das narrativas de professoras e alunos/as das escolas rurais. Assim como a “casinha” ou

“mictório”¹², tendo em vista que a maioria das residências e das escolas localizadas no meio rural não possuía banheiros e instalações sanitárias.

A narrativa da professora Antonina também nos traz detalhes importantes da organização do espaço escolar que, nas áreas rurais, eram caracterizados, sobretudo, pelo modelo de escola unitária e unidocente, com ensino multisseriado: “[...] eu nunca cheguei a atender tipo assim, igual tem gente que atendia 1^a, 2^a, 3^a e 4^a numa turma só. Eu sempre tive as minhas turminhas separadas. Eu tinha duas turmas, mas era assim uma num horário e outra em outro horário, sabe”. Em seu relato, acrescenta ainda que havia outra professora que lecionava para as outras turmas, em turnos distintos (ANTONINA FLORENTINA ALVES BORGHI, 2019). A narrativa possibilita visualizar a existência do modelo de escola graduada.

O mesmo pode ser observado, com mais detalhes, quanto à Escola Rural Municipal Machado de Assis, que possuía melhor estrutura física dentre as escolas cujas plantas foram localizadas.

Figura 9 - Planta da Escola Rural Municipal Machado de Assis.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (Maringá, s.d.).

¹² “[...] os mictórios tinham a função dos atuais banheiros, eram casinhas feitas de madeira em cima de buracos que serviam de fossas sanitárias. Geralmente, eram construídos em locais afastados das residências ou das escolas por causa dos fortes odores. Possuíam uma pequena abertura no assoalho, que também era feito de madeira, para que as necessidades fisiológicas humanas fossem depositadas diretamente na fossa sanitária” (LIMA, 2015, p. 67).

Esta escola era composta por quatro salas de aula com medidas de 48 m², possuindo duas janelas – uma voltada para o corredor e outra para a parte externa da escola – uma porta que saía para o pátio coberto, além da sala dos professores e diretoria, uma cantina e um banheiro masculino e outro feminino. Não é possível saber o tamanho desses últimos quatro espaços.

Outra característica peculiar é que esta é uma escola dividida em dois pavilhões, contendo quatro sanitários – dois femininos e dois masculinos – paredes de alvenaria, piso de cimento, forro de madeira e água encanada. Este último item está presente apenas nesta planta.

A professora Marina Periotto da Silva, que lecionou na Escola Rural Municipal Machado de Assis, nos relata como eram organizados os alunos nas turmas:

[...] na Machado de Assis era 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano (divididos), a escola funcionava de tarde. Eu ficava numa sala, defronte a minha sala tinha outra construção, separado por um patiozinho pequeno, o poço... tinha outra construção. Então eu ficava nessa, a outra professora ficava na outra e um pouco mais afastado de nós, lá na entrada do... eu não posso dizer patrimônio porque era muito pequeno, uma igreja, a loja de... como é que fala, armazém, secos e molhados, fumo de corda, aquela coisa lá... era o professor João. Então lá na entrada era o professor João, acho que o professor João deveria de ter umas duas salas também, daí eu nessa e a professora na outra. Eu sempre lecionei nessa de cá. Cada professor tinha sua turma. (MARINA PERIOTTO DA SILVA, 2019).

A planta da Escola Municipal Rural Machado de Assis e a narrativa da professora Marina sobre a configuração do ensino, com as diferentes salas, cada sala de aula correspondente a uma série/ano, com professores distintos, atestam a existência do modelo de escola graduada dentre as escolas rurais maringenses, apesar da prevalência da escola unitária, como evidencia o relato da professora Maria Virgínia Biegas, que lecionou em nove Escolas Rurais do município de Maringá durante os 26 anos de magistério rural.

Geralmente, [...] a maior parte era uma só, essa Silva Jardim lá, que eu dei aula lá pra baixo, era uma só, aí você tinha que dividir. Era uma escola assim, uma salona, como se fosse uma dessa aqui grande né, um pouco maior. Tinha uma área né, tinha a área pro recreio e algumas coisas. Tinha uma 'cozinha', banheiro tinha também, tinha umas que era de encanamento, o resto era tudo privada, aqueles de buraco

com aqueles 'coisos' de sentar, ficava morrendo de medo, Nossa Senhora! (MARIA VIRGÍNIA BIEGAS, 2019).

A memória dessa escola unitária, também denominada como escola isolada, faz parte da narrativa da professora Maria Pereira de Souza, conhecida por professora Albani, que fez parte da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Maringá, momento em que coordenou os professores das Escolas Rurais do município por mais de 20 anos e, desta forma, estabeleceu contato direto com os mestres e as instituições rurais. Questionada sobre as características das Escolas Rurais, ela relata que as construções eram em

Madeira, eram 4 paredes, tinha uma janela, umas tinham mais de uma janela, eram escuras, sem pintar, é [...] uma ou outro, na entrada tinha tipo uma... pode se dizer uma varanda, uma coberturinha assim pra você entrar dentro da escola, um puxadinho pequenininho. Onde eu trabalhei, você chegava lá tinha animal, tinha galinha, tinha né... então, se imagina, uma escola de madeira, não pelo fato de ser de madeira, o tipo de janela com tramelas né, sabe o que que é tramela né? (risos). Não, (vidros), acho que a João Gentilin já tinha? A Machado de Assis, mas isso bem depois. É, as primeiras eram de janela de madeira mesmo. [...] E eram escolinhas assim, eram escolas isoladas, bom, por natureza elas já eram isoladas, mas era isolada porque as vezes tava dentro de um pasto, as vezes você chegava lá, você tinha que tocar um boi que tava deitado assim na entrada da escola, se tinha que buscar água, nessa escola mesmo onde eu fui, acho que dava assim uns... acho que dava mais de 300, 400 metros pra gente ir buscar água, porque não tinha água encanada na escola, então a gente tinha que ir buscar, limpar a talha e colocar aquela água, limpar a poeira. (MARIA PEREIRA DE SOUZA, 2019).

Ao analisarmos as características apresentadas pelas plantas das Escolas Primárias Rurais, pela memória fotográfica e pelas narrativas das professoras que nelas lecionaram, podemos verificar que a maioria dos prédios era composta por apenas uma sala de aula com uma pequena área externa, com paredes, pisos e forros de madeira, sem água encanada e com fossa rudimentar.

O uso da madeira na construção dos prédios escolares pode ser considerado como um padrão na edificação das escolas rurais na região de Maringá, uma vez que era uma matéria-prima de grande disponibilidade na região, tendo em vista o processo de (re) ocupação do território conduzido pela derrubada da mata nativa e colonização da região (ZAMFERRARI, 2020). Com o corte das árvores, os pioneiros derrubavam a mata e vendiam a madeira das árvores de grande porte para as serrarias, construía seus ranchos

e formavam as lavouras no terreno que havia sido limpo (LUZ, 1997).

Do total das 43 Escolas Rurais, quase a metade delas – 20 escolas – tinham área total construída de 64 m². Nessas escolas, é possível inferir pelos relatos das professoras que o ensino era ofertado de forma multisseriada, visto que tinham apenas uma sala de aula para acomodar os alunos da primeira a quarta série primária. Nas outras 13 escolas tinham prédios de 128 m²; duas de 78 m²; duas de 186 m², uma de 192 m² e, de cinco delas, não foi possível localizar informações.

No que se refere ao material de construção das Escolas Rurais, das 38 em que foi possível encontrar informações; 26 tinham paredes construídas em madeira, outras 12 em alvenaria; 24 possuíam piso em madeira e 14 de cimento; 27 dispunham de forro e 11 não eram forradas. Sobre estes dados, não foi possível obter todas as informações de cinco escolas.

Quanto às instalações sanitárias, 27 escolas possuíam fossa rudimentar, outras 11, fossas sépticas, apenas uma contava com banheiro. Em relação à água encanada: 13 estabelecimentos tinham instalações adequadas e 27 não desfrutavam de água encanada, mas possuíam poço artesiano, com água potável; e sobre três escolas não há informações no que se refere a estes aspectos.

As Escolas Rurais não se diferenciavam das construções das casas, em particular das existentes no meio rural, já que, neste período, elas não eram abastecidas com energia elétrica, nem com redes de água encanada e de esgoto. Era comum serem construídas de madeira, que a iluminação fosse feita com lamparina, que a água viesse dos poços artesanais e os banheiros fossem mictórios construídos do lado de fora das casas.

No Estado do Paraná, a Escola Primária Rural se expandiu, em maior número, sob o modelo de escola isolada (SCHELBAUER; CORRÊA, 2019), funcionando com salas multisseriadas e tendo apenas um professor regente (SCHELBAUER, 2014). Assim como na maior parte do Estado, Maringá possuía, em maior número, Escolas Rurais com tais características. Contudo, mesmo não sendo possível saber com exatidão como as plantas das Escolas Rurais de Maringá foram feitas, podemos perceber a existência de dois modelos de escolas: as que tinham apenas uma única sala e, possivelmente, um único professor com sala multisseriada e as que tinham duas ou mais salas de aula, onde os alunos eram separados por série, conforme pudemos observar nas narrativas das professoras rurais. Com isso, podemos concluir, temporariamente, tendo em vista a dinamicidade da pesquisa em história da educação e as possibilidades de revisita às fontes documentais, orais e escritas, pela existência dos dois modelos de escola denominados e

caracterizados por Araújo; Valdemarin e Souza (2015) como escolas unitárias e escolas graduadas.

[...] a escola unitária – regida por um único professor ministrando o ensino primário para crianças de diferentes níveis de adiantamento em uma mesma sala de aula –, e a escola graduada caracterizada pela divisão dos alunos em classes supostamente homogêneas, isto é, com o mesmo nível de adiantamento; cada classe correspondendo a uma série, funcionando em um prédio com várias salas de aula e vários professores, cada um responsável por uma turma de alunos considerada a relação classe série (ARAÚJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p. 35).

Ao considerarmos os diferentes modelos de Escolas Rurais de Maringá, diante das singularidades apresentadas, fica evidente que estes edifícios foram construídos de forma a atender, rapidamente, a população rural que crescia em grandes proporções, nas décadas de 1950 e 1960, por conta da expansão da produção cafeeira da região, sem levar em conta as condições de conforto e higiene oferecida aos alunos e professores.

De forma distinta do que ocorria nos grandes centros urbanos do país, em que, neste período, as atividades e as escolas se estruturavam com o intuito de atender às demandas industriais, Maringá ainda era um polo rural em desenvolvimento e contava com Escolas Rurais, muitas delas construídas em locais cedidos ao poder público pelos fazendeiros.

Ainda que de forma preliminar, a análise da temática possibilitou olhar para a arquitetura planejada para as escolas construídas no meio rural e refletir sobre as possibilidades de organização que o ensino recebeu nesses espaços escolares, com base em documentos e narrativas que nos trouxeram reminiscências dos cenários que a escola rural ocupou para expandir a escolarização primária.

Referências

ARAÚJO, José Carlos; VALDEMARIN, Vera Tereza; SOUZA, Rosa Fátima. A contribuição da pesquisa em perspectiva comparada para a escrita da história da educação primária no Brasil: notas de um balanço crítico. *In*: SOUZA, Rosa Fátima de; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). **História da escola primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju: Edise, 2015. p. 27-45.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar**, Curitiba, Editora da UFPR, n. 18, p. 103-141. 2001.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

BENCOSTTA Marcus Levy Albino. A escrita da arquitetura escolar na historiografia da educação brasileira (1999-2018). **Revista Brasileira de História da Educação**, 19, e064, 2019, p. 1-26.

BRASIL, Lei Federal nº 5692/71. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1893-1971)**. São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2002.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **A arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)**. Curitiba: Edição do autor, 2018.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ - CMNP. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. São Paulo: CMNP, 1975.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO, A F.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 19-57.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico**. Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, PR, 1989.

LIMA, Rosangela de. **História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990)**. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2015.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá: Prefeitura Municipal**, 1997.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. **Plantas de 41 Escolas Rurais de Maringá**. Maringá, s. d.

MARINGÁ. **Lei Municipal nº 1.542, de 22 de dezembro de 1981**.

MARINGÁ. **Lei Municipal nº 1.613, de 20 de dezembro de 1982**.

MENEGUETTI, Karin Schwabe. **Cidade jardim, cidade sustentável**: a estrutura ecológica urbana e a cidade de Maringá. Maringá: UEM, 2009.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). *In*: SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (orgs.). Dossiê: representações, práticas e políticas de escolarização da infância na zona rural. **Hist. Educ.** [on line]. Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014.

SCHELBAUER, Analete Regina; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Povoar e escolarizar: história da expansão, dos modelos e modalidades de escola Primária no Paraná. *In*: CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; FURTADO, Alessandra Cristina; SCHELBAUER, Analete Regina (orgs.). **Itinerários e singularidades da institucionalização e expansão da escola primária no Brasil (1930-1961)**. Maringá, PR: Eduem, 2019, p. 55-86.

SCHELBAUER, Analete Regina; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX. **Cadernos de História da Educação UFU**, v. 12, n. 1. jan./jun. 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. Prefácio. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Arquitetura e espaço escolar**: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). Educar, Curitiba, Editora da UFPR, n. 18, p. 103-141. 2001.

ZAMFERRARI, Jaqueline Gomes. **Histórias e memórias de professoras rurais do município de Maringá – PR (1951-1982)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2020.

WERLE, Flavia O. História das instituições escolares: de que se fala? *In*: LOMBARDI, José Claudinei, NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **Fontes, história e historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: INICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. p. 13-35.

Fontes orais

ANTONINA FLORENTINA ALVES BORGHI. Entrevista concedida a Jaqueline Gomes Zamferrari. Maringá-PR, 22 e 25 de março de 2019.

MAIRENE BENITES GOMES. Entrevista concedida a Jaqueline Gomes Zamferrari. Maringá-PR, 28 de maio de 2019.

MARIA DE LOURDES PERIOTTO PELEGRINI. Entrevista concedida a Jaqueline Gomes Zamferrari. Maringá-PR, 11 de junho de 2019.

MARIA PEREIRA DE SOUZA (Albani). Entrevista concedida a Jaqueline Gomes Zamferrari e Analete Regina Schelbauer. Maringá-PR, 01 de junho de 2019.

MARIA VIRGÍNIA BIEGAS Entrevista concedida a Jaqueline Gomes Zamferrari. Maringá-PR, 30 de maio de 2019.

MARINA PERIOTTO DA SILVA. Entrevista concedida a Jaqueline Gomes Zamferrari. Maringá-PR, 02 de maio de 2019.

Enviado em: 29/07/2020.

Aceito em: 03/12/2020.

Publicado em: 13/12/2020.